



ESTADO DE ALAGOAS  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**SETOR DE ATAS E DEBATES**

**Ata da Sessão Pública sobre o Projeto de Lei que regulamenta "Food Trucks/Trailers"**

Aos (07) sete dias do mês de fevereiro do ano de 2022, às 09:00hrs (nove) horas, sob a presidência e propositura desta sessão do vereador Francisco Filho, reuniu-se a Câmara Municipal de Maceió situada na Rua Sá e Albuquerque, número 564, bairro Jaraguá nesta capital. Sendo realizada de forma híbrida, presencial e remota com a presença dos vereadores: Fábio Costa, Fernando Hollanda, Drº Valmir Gomes, Joãozinho, Silvânia Barbosa, Teca Nelma. Para composição da Mesa dos trabalhos foram convidados: Secretário de Segurança – Thiago Prado, Secretária da Cultura – Miriam Monte, Presidente da Associação dos Food-Trucks - Tiago Pontes, Presidente da Abrasel - Eutímio Brandão Júnior, a senhora Cléa Carvalho da Associação Comercial. O senhor presidente afirmou que precisamos levar em consideração a construção de um consenso tanto para os empresários, os proprietários de food-trucks e a prefeitura. A lei busca dar garantias para o funcionamento da atividade na capital com o mínimo de respeito e convivência. "Nossa expectativa é que possamos contar com a contribuição dos envolvidos para melhoramento de nossa proposta que já tramita na casa" – afirmou o parlamentar. Facultada palavra ao presidente da Associação dos Food-Trucks, Tiago Pontes, o segmento cresceu, em especial durante a pandemia por conta do desemprego. Ao mesmo tempo passou também a ser gerador de oportunidade e renda. E que diante desta realidade o que se quer é articular uma forma adequada que garanta o funcionamento dentro da lei destes espaços. "O que queremos é trabalhar com tranquilidade porque hoje temos uma incerteza muito grande quanto ao nosso futuro. Mas precisamos que a lei esteja em vigor para que possamos trabalhar com segurança. Em relação a questão do distanciamento dos pontos fixos (restaurantes) é maior que do que existe em São Paulo, por exemplo. Eu preciso lembrar que o desemprego muito grande. Muita gente com dificuldade financeira sem pagar aluguel residencial. Não podemos dificultar para quem quer trabalhar Defendemos também os food Park. Está na hora do município discutir isso também" falou Tiago. Ele explicou que a comunidade no entorno dos locais costumam apoiar o trabalho dos



ESTADO DE ALAGOAS  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**SETOR DE ATAS E DEBATES**

---

comerciantes. Como exemplo citou os que funcionam no entorno da Praça do Skate. No geral Tiago disse que os proprietários querem trabalhar legalizados e pagar impostos. Conforme lembrou houve pessoas que investiram até R\$ 25 mil em trailers. Algumas pessoas só têm como fonte de renda esses equipamentos. "Outra coisa importante é que quando chegamos num local como o Alagoinhas conseguimos gerar empregos e também ajudamos até a segurança do local. Precisamos que tenhamos um senso de compreensão com os foods menores também porque precisam sobreviver do mesmo jeito. Na Pajuçara a nossa presença ajuda no movimento da Feirinha. A sociedade já abraçou a nossa causa", disse Tiago. O senhor presidente apresentou uma minuta de atualização da Lei Municipal aprovada em 2017 para o estabelecimento de padrões mínimos de funcionamento desses pontos comerciais. Em seguida foi facultada a palavra aos proprietários de foods trucks que tiveram a oportunidade de se manifestar. Em geral, eles explanaram que vivem realidade semelhantes e envolvem pessoas que buscaram como alternativa de sobrevivência o comércio de alimentos. Mas, que ao mesmo tempo se sentem desamparados juridicamente com risco de terem os equipamentos apreendidos ou lacrados. Facultada palavra ao senhor Cláudio Ramos, lembrou que a atual legislação, mesmo estando defasada atendeu a uma necessidade da época em que foi aprovada. Entretanto, por conta da evolução do setor novas necessidades surgiram e por isso precisa ser atualizada. "Toda lei é fruto do seu tempo. Naquele ano em que a lei foi aprovada ela era necessária. Atendeu a necessidade naquele período. Hoje temos uma outra realidade. Como temos os APPS de transporte e até de aluguel, além dos hotéis. Os trucks vem nessa linha. Antes só tínhamos o restaurante para comer e hoje não, temos essas alternativas. Quem é dono de bar e restaurante não precisa ficar preocupado porque há rodízio de clientes. O cliente não come sempre no mesmo lugar. Viemos para transformar e ajudar também no movimento dos bares e restaurantes, justificou Cláudio. Quanto a preocupação dos empresários que têm restaurantes na região onde estão instalados, os donos de food-trucks dizem que não há concorrência com seus respectivos clientes. Isto porque acabam fornecendo produtos diferenciados, com preços menores que os cobrados nesses estabelecimentos e que se caracterizam por serem lanches



ESTADO DE ALAGOAS  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**SETOR DE ATAS E DEBATES**

---

rápidos. Facultada palavra ao senhor Paulo mencionou que o tipo de produto que comercializam não tem nada parecido com os restaurantes. Não concorrem com eles. É um outro público que nos procura. São pessoas que querem fazer um lanche rápido. "Nossa presença ali na Ferinha ajudou até a acabar com o ponto de droga e melhorar a segurança. Por isso, não entendo esse sentimento de perseguição. Não adianta pensar em colocar os pontos em locais que não têm movimento", explicou Paulo. Facultada palavra ao senhor Eutímio Brandão Jr – Abrasel, relatou "estamos falando aqui de alimentação fora do lar e fazemos isso por meio da Abrasel há 16 anos. Somos a categoria que mais gera empregos na cadeia do turismo. Acreditamos que os food-trucks fazem parte da nossa categoria. Queremos ajudar na regulamentação. Não vemos o setor como inimigos", disse Brandão. Lembrou que em alguns estados foram feitas algumas comissões do setor comida de rua para ter como dialogar com o poder público e apontar os locais indicados para a colocação desse serviço. Disse também que o Sebrae tem mapeado todos os esses locais na capital. "A concentração cria um ambiente desordenado. O que o nosso setor quer é apenas segurança jurídica para o funcionamento dos foods para que não afetem negócios já existentes. Precisamos regulamentar isso. Locais como a praça Lyons, Graciliano Ramos, Faculdade, do Skate, entre outros", disse o presidente da entidade. Sobre a distância dos food-trucks dos restaures e bares ele destacou que a lei em vigor fala em 200m e, agora, a proposta atual é 50 metros. Por isso, chegou a defender um "meio termo" 120 metros. "Há estados onde a lei prevê que quem quer ter o food-trucks o dono trabalhe dentro do negócio e não coloque apenas funcionários", observou Brandão. Facultada palavra ao vereador Dr. Valmir Gomes alertou para o detalhe de que a nova legislação precisa levar em conta que a ocupação de espaços urbanos também será discutida no Plano Diretor, que deve ser encaminhado pela prefeitura ainda este ano para ser discutido na Casa. Facultada palavra ao o vereador Fernando Holanda, ressaltou que o disciplinamento para os trucks precisa levar em conta a ordem de chegada e instalação nos locais. Par ele, além disso, é possível também se pensar em organizar por modalidade de produtos comercializados. "Vamos regulamentar e ordenar para todos. Creio que a distância dos 50m ponderáveis, mas deva ocorrer um ordenamento quanto a modalidade. Creio



ESTADO DE ALAGOAS  
**CÂMARA MUNICIPAL DE MACEIÓ**  
**SETOR DE ATAS E DEBATES**

---

que seja possível regulamentar a permanência dos que chegaram primeiro e os demais sejam autorizados para áreas próximas porque já criaram vínculo com aquela comunidade", defendeu Fernando. Facultada palavra ao vereador Leonardo Dias destacou que desde que se debruçou sobre o tema descobriu que a maior preocupação dos empresários é a insegurança jurídica. "Quando começamos com nosso mandato fizemos um levantamento sobre a situação dos food ficou claro que o setor tem a imprevisibilidade e a insegurança jurídica sobre o local e até se continuarão a trabalhar. A insegurança jurídica não interessa a ninguém: nem aos bares e nem aos foods. Temos uma missão nessa casa para chegarmos a um entendimento podendo olhar também para os bares e restaurantes. Mas não podemos fazer uma confusão do que é espaço público e do privado", disse reconhecendo que a atual lei inviabiliza o funcionamento dos foods. Facultada palavra a vereadora Silvania Barbosa, discorreu que a complexidade do tema exigiria mais tempo para a discussão. Principalmente, porque em sua avaliação, observar as demandas atuais sem previsibilidade do futuro poderá fazer a lei atender a situações e criar problemas em outras áreas. "Temos um projeto de Lei aprovado por essa casa, com meu voto e hoje estamos discutindo um novo projeto. Quero dizer que a gente tem que ter cuidado porque podemos estarmos atirando no e que estamos vendo e acertamos no que não estamos vendo. A questão do distanciamento poderemos criar os problemas de uns e criarmos problemas sérios para outros. A lei tem que ser para todos. Ela está demorando a ser pautada por questões que não conseguíamos passar. Precisamos resolver essa questão da distância ou a questão dos mesmos segmentos de alimentos?", indagou a vereadora. Facultada palavra ao secretário Thiago Prado da Secretaria Municipal de Segurança Comunitária e Convívio Urbano (Semcs) lembrou que já havia discutido com a casa a necessidade de se aprimorar a lei para que o tema pudesse ser ordenado por conta do pleito da categoria e também da sociedade. Os próprios empresários lhe alertaram da insegurança e que se sentiam desprotegidos por estarem numa situação de irregularidade. Nada mais havendo a tratar foi encerrada a presente sessão pública. Maceió- AL, 07 Fevereiro de 2022.